



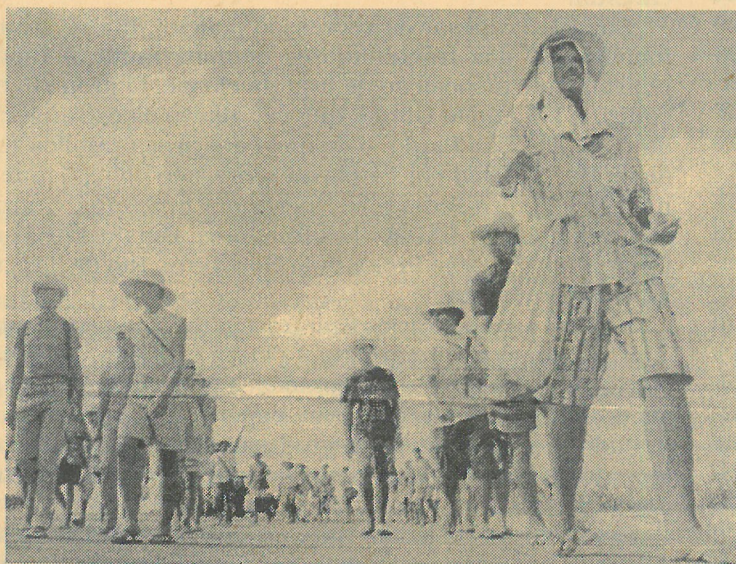
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO VIII - Nº 131 - 1ª QUINZENA DE MAIO DE 1997 - R\$ 1,00

**É preciso responder com luta!**

**FHC privatiza  
a Vale do Rio Doce  
e prossegue com a  
entrega nacional.  
Manifestantes são reprimidos.**



**A luta corajosa dos  
estivadores em Santos ganhou  
força nacional.**

**Mas a burocracia sindical  
enterrou a luta.**

**Por uma plenária nacional de base  
para combater FHC e seu plano!**

**A marcha dos sem-terra  
a Brasília recebeu apoio  
nacional e  
cercou o governo.  
Trabalhemos pela aliança  
operário-camponesa!**



# A Quinzena de Luta do Movimento Operário

## Especial comemorativo do Dia Primeiro de Maio

Em 1906, com a realização do 1º Congresso Operário Brasileiro e a criação da Central Operária Brasileira (COB), foi dado

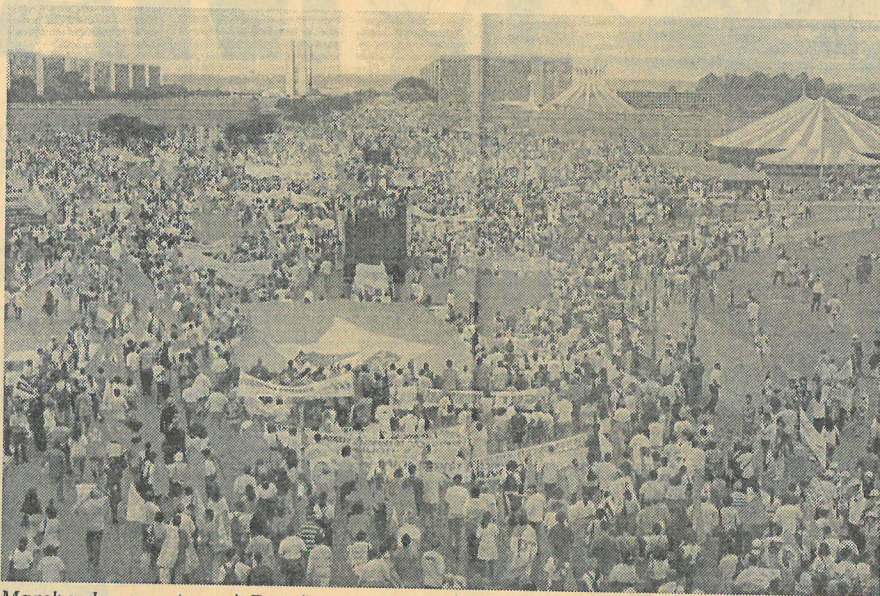
novo incentivo à comemoração do Dia do Trabalhador: como um dia internacional da união e da luta de todos os trabalhadores contra as condições de trabalho e a exploração capitalista. As reivindicações econômicas comuns eram base para a unidade e a ação do movimento operário. As manifestações não se davam como hoje, na forma de divertimento e shows. A data era comemorada em praça pública com denúncias e comícios políticos, propostos planos de luta e reivindicações; apresentavam-se peças teatrais com conteúdo de interesse dos operários e sobre a exploração capitalista. Eis algumas lutas destacadas:

Já em 1904, em São Paulo, houve uma concentração de trabalhadores num teatro com discursos e distribuição de jornais operários. Foi feita campanha para recolher recursos aos flagelados da seca do Nordeste.

Em 1906, em São Paulo, Santos, Jundiá, Campinas e no Rio de Janeiro realizaram-se comícios.

No dia 1º de Maio de 1907, mesmo proibido pelo governo, os trabalhadores saíram às ruas para reivindicar a redução da jornada de trabalho. Como os patrões se mostravam intransigentes, os operários decidiram decretar greve. Partindo dos metalúrgicos de São Paulo, resistiram e decidiram o boicote aos produtos das Indústrias Matarazzo. Tiveram a adesão da maioria das categorias, como construção civil, vidreiros, lavanderias, marceneiros, funcionários da limpeza pública, e de outras cidades do interior. Somente em 15 de julho a greve terminou completamente, à medida que a reivindicação da redução da jornada de trabalho obtinha vitória.

Em 1910, as manifestações foram realizadas nos sindicatos por meio de conferências e apresentações teatrais. A convocação de passeatas e comícios públicos foi preju-



Marcha dos sem-terra à Brasília, em 17/04/97.

dicada pela expulsão das lideranças sindicais do país, que eram os imigrantes.

Em 1912, o primeiro de maio volta às ruas, no Largo São Francisco e Largo da Concórdia, em São Paulo, com o apoio dos estudantes. O ato era um protesto contra a carestia.

Em 1913, apesar da repressão policial, houve grande mobilização dos trabalhadores demonstrando a união, resistência e disposição de luta da classe. O protesto era contra a Lei Adolfo Gordo, que expulsava os estrangeiros do país. Em São Paulo, o comício em praça pública teve de mudar de local por causa da repressão policial, que já havia invadido a Federação Operária. Em Santos, compareceram mais de 10.000 trabalhadores. Em Juiz de Fora, Campinas, Ribeirão Preto, Belo Horizonte, Rio de Janeiro houve atos de luta.

Em 1914, os operários fizeram, em todo país, protestos contra a miséria que atingia a classe operária. A guerra trazia mais miséria e exploração. Os preços e falta de gêneros alimentícios (que eram exportados), o aumento a jornada de trabalho para produzir mais, o despejo de moradores para aumentar os aluguéis etc estavam na pauta dos protestos deste 1º de Maio.

Em 1916 foi realizada uma grande passeata contra a guerra. Os operários carregavam faixas com os dizeres: "Abaixo a guerra, abaixo a exploração capitalista. Paz entre nós, guerra aos capitalistas".

Em 1968, trabalhadores e estudantes expulsam o governador Abreu Sodré da Praça da Sé. Colocam fogo e derrubam o palanque onde os dirigentes sindicais e representantes da ditadura tentavam desfazer o caráter de luta do Dia do Trabalhador.

Nacional



**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS**

**O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

ASSINATURAS: SEMESTRAL - R\$ 15,00 - FALE COM O DISTRIBUIDOR DESTES JORNAL

# FHC prossegue, com dificuldades, sua ofensiva contra as massas. É preciso responder com luta!

A privatização da Vale do Rio Doce e a aprovação da reforma administrativa têm sido os principais objetivos do governo. São dois aspectos da reforma antinacional e antipopular ditados pelo capital financeiro internacional, que objetivam dar condições ao governo para manter o parasitismo financeiro. FHC pretende entregar a Vale e possibilitar demissões massivas de funcionários, para pegar o dinheiro e entregar aos bancos internacionais.

Apesar de todas as negociatas ao redor desses passos, o governo tem encontrado dificuldades para prosseguir. A venda da Vale enfrenta uma enxurrada de processos judiciais e a oposição de setores burgueses descontentes com a perda de privilégios que possuem com a empresa estatal. A reforma administrativa esbarra na resistência de setores congressistas e da burocracia estatal (juizes militares etc.) ultraprivilegiados com superapostentorias e altíssimos salários. O elemento que mais faz falta à situação é a ausência de manifestações de massa em resposta à ofensiva governamental. Esse é o elemento decisivo na conjuntura.

A privatização da Vale chegou a ser suspensa por liminar do Tribunal de Contas da União. Isto após ocorrer até mesmo uma manifestação da OAB em Brasília. Setores oligárquicos da burguesia têm manifestado uma oposição muito limitada, que se centra na enxurrada de processos judiciais e em propagandas eleitorais na TV.

O processo de privatização de uma estatal como a Vale do Rio Doce, que é uma das maiores empresas mineradoras do mundo, mostrou-se corrompido desde o início. É evidente que nenhum grupo nacional, nem mesmo o maior deles, o de Antônio Ermírio de Moraes, poderia abocanhar a empresa, nem mesmo sendo vendida por um valor bem abaixo do real. Ficou evidente que a compra da Vale seria feita por um grupo (consórcio) que encobriria os verdadeiros donos do dinheiro e poder: o capital financeiro internacional, especialmente japonês e norte-americano. O Bradesco entrou como "laranja" do negócio, ao fazer a avaliação do patrimônio da Vale do Rio Doce e pretender participar de um dos consórcios que disputavam a sua compra. Acabou apenas prestando um grande serviço aos reais compradores, desvalorizando inacreditavelmente a estatal.

A entrega da Vale do Rio Doce é o ponto alto do programa de privatizações, que já abarcou as siderúrgicas, Embraer e muitas outras. O estatismo é um ponto positivo para os assalariados em sua luta pelo fim da opressão. E ganha importância em um país oprimido pelo imperialismo como o Brasil,

por se constituir em um obstáculo, ainda que limitado pelo controle da burguesia, à opressão nacional. A burguesia nacional, por suas origens históricas, está ligada e depende do imperialismo, sendo-lhe submissa. Por isso atende às pressões externas pela entrega das estatais, fundamentalmente para pagar juros de dívidas e para dar melhores condições de exploração ao capital estrangeiro, cercado pela crise mundial de superprodução capitalista. A defesa do estatismo se choca contra a burguesia nacional submissa e o imperialismo, por isso se constitui numa luta antiimperialista e anticapitalista, que só pode ser conseqüente com a luta nacional de massa sob a direção do proletariado.

Se as frações burguesas parasitárias da estatal limitaram-se a se preocupar quem teria maioria nas ações da estatal, o reformismo ficou completamente paralisado. Intimidado pela forte campanha governista nos meios de comunicação, sequer conseguiu se diferenciar das frações burguesas rebeldes, como Itamar ou Brizola. O PT não conseguiu sequer esboçar uma campanha nacional de oposição à venda da Vale. A causa disso está no fato de não se opor por princípio às privatizações. Ao contrário, o PT as defende, com limites. A derrota ideológica do reformismo diante do neoliberalismo o paralisa cada vez mais. Trata-se de uma conseqüência da crise capitalista no momento atual: ou se combate abertamente a ofensiva neoliberal com os métodos da classe operária e uma política revolucionária ou se submete à condição de "remendador" dos planos antinacionais e antipopulares. O PT escolheu o segundo caminho.

A reforma administrativa só não chegou ainda à quebra definitiva da estabilidade do funcionalismo pelas próprias divergências da base governista no Congresso. Possibilitar a demissão massiva de funcionários públicos para possibilitar o sustento do parasitismo financeiro pela União, estados e municípios é o centro dessa questão. Apesar de haver divergências quanto a isso em setores da burguesia, não é isso que está emperrando a votação definitiva (destaques / 2º turno) da emenda. O maior problema é o debate ao redor da preservação de privilégios de setores estatais e parlamentares (teto de 12,7 mil reais). O governo sofreu uma derrota parcial quando se votou a impossibilidade de contratação de novos funcionários sem estabilidade e a manutenção do Regime Único do Funcionalismo, ainda que por poucos votos. Tudo indica que essas questões, que não são centrais, serviram como ultimato de setores mais fisiológicos ao governo. Atendidos seus interes-

ses, se juntarão aos outros para quebrar a estabilidade no emprego do funcionalismo.

A estabilidade no emprego é uma reivindicação dos assalariados para garantir sua sobrevivência sob a exploração capitalista. Os explorados reivindicam dos exploradores um direito elementar de garantia de que possam sobreviver a partir de seu trabalho. No Brasil, a estabilidade se restringe ao funcionalismo, e era utilizada pela própria burguesia nacional em outros tempos para assegurar um mínimo de estabilidade ao aparelho estatal, sujeito às mudanças produzidas pelas disputas eleitorais.

Chama a atenção o fato de que esse aspecto da reforma estar em discussão há dois anos e até agora as direções das organizações sindicais do funcionalismo não terem feito nada a respeito. O governo tem anunciado sua disposição de demitir em massa e as direções se calam. Além do congelamento salarial de quase três anos, o funcionalismo está agora diante da perspectiva de perda do emprego. Tudo isso sem uma resposta de conjunto ao governo antinacional e antipopular.

A conjuntura mostra que estão dadas as condições para uma ampla mobilização nacional contra o conjunto das medidas antinacionais e antipopulares de FHC. Diante de uma burguesia dividida, há melhores condições para o proletariado avançar sua luta. O obstáculo a ser vencido são as direções burocráticas de direita, que apóia abertamente o governo, e a de esquerda, que se limita a pressionar e fazer conchavos por remendos no plano neoliberal. É preciso uma plenária nacional de base para combater FHC e seu plano.

NACIONAL



**Publicamos abaixo manifesto do POR distribuído na manifestação contra a privatização da Vale do Rio Doce:**

## **Defender a Vale do Rio Doce para derrubar integralmente o Plano antinacional e antipopular de FHC**

Nacional



A privatização da Vale do Rio Doce é um dos elos mais importantes do Plano neoliberal. Com a venda da Usiminas em 1991 se iniciou o processo de entrega das estatais para grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros. A privatização da CSN foi o ponto alto da implementação da política entreguista, uma vez que o governo conseguiu quebrar a resistência operária. Para isso, contribuiu o apoio da Força Sindical. Porém, mais importante ainda foi a conduta da direção da CUT que se mostrou incapaz de traçar uma linha de combate ao Plano antinacional e antipopular de FHC como um todo.

Ao ultrapassar essa trincheira, os defensores burgueses da desestatização livraram o caminho para chegar até a estratégica Vale do Rio Doce. Faz parte da mesma linha de ação a quebra do monopólio estatal do petróleo e a liquidação do controle estatal sobre o sistema de telecomunicações. A destruição do estatismo é uma exigência dos credores internacionais e de alguns poderosos grupos internos.

O argumento governamental e dos vendidos de que as riquezas minerais sob o controle da Vale não são estratégicas e de que a sua transferência para a iniciativa privada favorecerá a economia do país mal esconde os interesses do capital estrangeiro e de seus sócios menores, como a Votorantim, Bradesco etc. A renúncia do controle estatal de ramos fundamentais para a economia do país, tão submetida ao império da

economia mundial, revela a debilidade da burguesia nacional em defender a soberania do Brasil semicolonial perante as potências imperialistas.

Não se trata apenas de uma compra e venda de empresas, mas sim de um processo mundial de maior penetração do capital imperialista no interior das economias atrasadas e dependentes. Os burgueses nacionais, como Antônio Ermírio de Moraes, não passam de canais para maior inserção do capital estrangeiro, comportam-se assim como sócios menores. Agrega-se a isso a farsa de que com o dinheiro da venda das estatais o governo estaria resolvendo a crise financeira do Estado e assegurando a estabilidade monetária, bem como preparando o terreno para o novo ciclo de desenvolvimento.

Por outro lado, toda privatização recai contra as massas. Em seguida vem o desemprego, o aumento dos preços das mercadorias e das tarifas. Os novos donos procuram imediatamente aumentar a taxa de lucratividade através da redução dos postos de trabalho e da imposição dos preços monopolistas. Isso significa não só atraso para a economia do país como também mais desemprego e miséria para a população.

Na realidade, não faz senão favorecer os capitalistas portadores dos títulos podres, os credores internacionais e as corporações sedentas de maior concentração de riqueza e poderio. De fato, abre-se um campo maior ainda de saque das riquezas nacionais pelos trustes e banqueiros imperialistas. Está mais do que claro que as potências têm todo interesse nas matérias-primas, especialmente o Japão.

O que mais ressalta dessa situação de ofensiva imperialista e de entreguismo do governo brasileiro é a pouca resistência dos sindicatos e demais organismos. A ausência de um movimento centralizado de caráter antiimperialista e anticapitalista se deve à ausência de uma política revolucionária das direções que comandam os organismos de massa. Essa é a principal razão do progresso da marcha privatizante.

perar tal bloqueio à luta e consciência antiimperialista. Trata-se de organizar um movimento nacional centralizado por uma Frente Única Antiimperialista, sob a direção da classe operária. Para isso, coloca-se a adoção do objetivo de derrubada integral do Plano FHC e de sua política pró-imperialista. Enquanto as privatizações forem contestadas isolada e demagogicamente, o governo continuará avançando.

É preciso que a CUT e demais organismos rompam com essa linha e se coloquem pela estratégia de derrubada de tal Plano, de forma que organizem o movimento nacional sob uma plataforma que parta das reivindicações mais elementares dos trabalhadores até as bandeiras antiimperialistas contra as privatizações e pelo controle operário da produção. Por esse programa, avançar a luta anticapitalista em torno da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Não será possível derrotar o Plano privatizante sem uma política revolucionária que combine a luta antiimperialista com a anticapitalista. A unidade dos trabalhadores, através da ação direta, é essencial para se criar as condições para a greve geral por tempo indeterminado.

Não à privatização da Vale! Pelo controle operário da produção! Pela reestatização de todas as empresas já privatizadas! Em defesa do estatismo contra o entreguismo pró-imperialista! Pela constituição de uma Frente Única Antiimperialista! Organizar a greve geral! Pôr abaixo o Plano e o governo FHC! Lutar por um governo operário e camponês (ditadura do proletariado)!



É necessário su- Manifestantes contra a venda da Vale são reprimidos.

# Toda força à luta do MST! Em defesa das ocupações com autodefesa! Aliança operário-camponesa!

A marcha dos trabalhadores rurais sem-terra a Brasília ganhou proporção nacional e apoio generalizado. Diversas categorias organizaram caravanas para ir à capital federal apoiar a manifestação dos sem-terra e reivindicar reforma agrária. Outros setores organizaram suas lutas grevistas coincidindo com o 17 de abril, para dar um caráter ainda mais geral ao movimento. Foi sem dúvida uma manifestação de massa que ganhou atenção nacional.

Em diversas capitais e cidades importantes pelo país realizaram-se manifestações massivas de apoio à marcha. O governo FHC ficou acuado em Brasília, por cerca de 50 mil manifestantes. Foi obrigado a manobrar e receber uma comissão do movimento, para não ficar mal diante da população. Entretanto, não cedeu nada durante a reunião.

Durante os dias que antecederam a marcha, o governo e a burguesia pressionaram o movimento para que adquirisse características pacíficas, deixasse de fora da cidade as enxadas, foices e facões e acenaram com

a chantagem de ampliar os assentamentos se o MST abandonasse o método das ocupações de terra. Agora FHC acena com a proposta de incorporar membros do MST a comissões do governo para a reforma agrária. É mais uma manobra para tentar legitimar a política agrária governamental, na qual o MST só será número, não terá nenhum poder de decisão. Os trabalhadores sem-terra devem recusar qualquer participação no governo protetor dos latifundiários e acobertador dos massacres.

É grande a pressão que o governo e a burguesia exercem sobre a direção do MST para que ela ponha fim às ocupações e aceite a política miserável de assentamentos de FHC, ou seja, que capitule diante do latifúndio, aceite a conciliação e o pacifismo, que só podem levar à derrota. O movimento deve ter força para resistir a essas pressões e caminhar rumo à unidade com o movimento operário e o enfrentamento geral e unitário contra o governo, a burguesia e seu plano de fome.

O ato em Brasília mostrou que é

possível organizar um movimento nacional que combata o governo FHC e seu plano antinacional e anti-popular.

Um movimento que unifique os operários, os camponeses, os professores, estudantes, os bancários, o funcionalismo público, os movimentos populares etc. Basta que as direções do movimento organizem a luta.

As negociatas de cúpula e pressão parlamentar não podem levar a nada. É o método da luta direta que pode dar uma saída positiva ao movimento. Por isso devemos apoiar a luta dos trabalhadores sem-terra, defender as ocupações com autodefesa e a aliança operário-camponesa.

NACIONAL



## Salário Mínimo vai a 120 reais, o mais miserável

A partir de 1º de junho, quando bater nos R\$ 120, o salário mínimo equivalerá a 18,6% de seu valor inicial, em julho de 1940. Se as várias políticas econômicas brasileiras tivessem preservado seu poder de compra, o piso seria hoje de R\$ 644. Mas a corrosão gradual levou à posição atual, distante do mínimo necessário para a sobrevivência de um assalariado e sua família. Em termos de América Latina, o Brasil ficou para trás: ocupa a terceira pior colocação, segundo o Dieese.

Os R\$ 120, que 69,11% dos aposentados receberão no Brasil, só perdem para o salário mínimo do Peru, de US\$ 70, e da Bolívia, de US\$ 80. O México, quarto colocado na lista dos piores, tem mínimo de US\$ 127. No Mercosul, a Argentina tem piso de US\$ 200, o Paraguai de US\$ 145 e o Uruguai de US\$ 160. Esse quadro espelha a miséria imposta ao continente pelas potências imperialistas e seus planos, aplicados servilmente

pelos governos de turno.

Os anos 90 e o Plano Real não tiraram o salário mínimo de seu caminho de desvalorização, ao contrário. Segundo o Dieese, a média anual em 1990 foi de R\$ 175,96. Em 1992, a média caiu para R\$ 157,71. Em 1994, caiu mais um pouco: R\$ 137,20. No ano passado, a média foi de R\$ 107,14. Como se vê, o Plano Real foi reduzindo ano a ano o poder de compra do salário mínimo. Isso é ainda mais verdadeiro em relação aos outros salários, na maioria congelados.

Ao todo, 10,8 milhões de brasileiros recebem da Previdência um salário mínimo. São milhões de brasileiros mantidos na miséria absoluta pelo governo, em benefício dos capitalistas.

O Dieese afirma que o mínimo necessário para a sobrevivência de uma família é um salário de R\$ 814,39. Esse valor é a metade do que a realidade exige. O Dieese fixou esse valor

para adaptá-lo ao plano de governo de FHC, quando Barelli era ministro (agora é secretário de Covas). Rejeitamos essa impostura e reafirmamos a necessidade real de uma família operária, que é de cerca de 1800 reais.

Não cabe a discussão de se os patrões podem ou não pagar esse valor. Colocamos em primeiro plano a defesa da sobrevivência dos assalariados e de suas famílias. Se o capitalismo não pode fazer pelo menos isso, garantir a vida de seus escravos, então que morra o capitalismo, mas que vivam os trabalhadores.

# Opressão nacional bloqueia comércio exterior do Brasil

Muito se tem debatido sobre as dificuldades que o Plano Real está atravessando com os sucessivos saldos negativos na balança comercial. Somente nos três primeiros meses de 1997, já se acumularam mais de 3 bilhões em déficit. O governo tomou medidas paliativas de contenção das importações, como a exigência de pagamento à vista para compras de importados. Mas o problema é de grandes dimensões, e está ligado à opressão nacional sobre o país, agravada pelo plano de FHC.

O Brasil teve sua participação no comércio mundial drasticamente reduzida nos últimos cinco anos. Atualmente, ela é de menos de 1 por cento (0,8%). Isso significa que exporta metade do que o México, que tem um Produto Interno Bruto (PIB) que é a metade do brasileiro.

O Plano Real favoreceu tremendamente as importações e dificultou as exportações, através da supervalorização artificial do Real frente ao dólar. Isso criou ainda maiores dificuldades para os produtos brasileiros no mercado internacional, que têm de competir com os subsidiados dos países imperialistas, sob fortes restrições protecionistas dos mesmos.

Para agravar a situação, a composição das exportações brasileiras é de 98% de produtos tradicionais (soja, café, suco de laranja, minério de ferro etc.) e apenas 2% de alta tecnologia. O que quer dizer que o país é exportador de matérias-primas, característica típica de país atrasado (semicolo-

nial). É preciso considerar também que esse quadro se agravou no último período, porque as exportações agropecuárias se ampliaram e tiveram um saldo positivo de 12 bilhões no último ano. Isso indica que o maior fator para o déficit público é o gigantismo da importação de produtos e serviços de alta tecnologia diante do nanismo nacional nessa área. E que essa contradição se acentuou no último período, bem mais que o crescimento limitado da agropecuária nacional.

O Mercosul é um dos elementos que contribuiu para isso. O Brasil se tornou o maior importador de produtos argentinos. A brutal liquidação da economia argentina causada pela abertura brusca aos produtos estrangeiros teve nos últimos anos um elemento atenuador, que foi a possibilidade de ampliar grandemente as exportações ao Brasil. O Mercosul foi um acordo feito pelos países oprimidos do cone sul sob pressão do imperialismo, para eliminar as diferenças alfandegárias entre eles e facilitar a penetração das mercadorias das multinacionais nesses mercados.

O problema novo que criou o Mercosul está ligado ao objetivo norte-americano de constituir um livre mercado nas américas, chamado Alca. O problema para os EUA é que trata-se do maior mercado mundial, por isso mesmo o mais disputado e com maiores barreiras protecionistas. Para constituir o livre mercado nas américas, têm de preservar seu

protecionismo. Não pode se sujeitar aos parâmetros estabelecidos pelo Mercosul, como pretendem alguns países, porque isso levaria à abertura do mercado imperialista. Isso não quer dizer que os EUA temem a competição de seus vizinhos, que poderiam causar alguns danos à economia imperialista, mas que somam menos de 20% da economia do continente, incluído aí o Canadá. O problema para os EUA é que a abertura de sua economia o enfraqueceria frente à Europa e Japão, fortíssimos exportadores mundiais. Estes sim poderiam quebrar os EUA como um ovo cru, caso os americanos eliminassem seu protecionismo.

A burguesia brasileira reivindica aos EUA que façam a redução do protecionismo bilateralmente. Pretende que, em troca da abertura de um mercado consumidor brasileiro de 15 milhões de pessoas, os EUA abram seu mercado de 150 milhões aos produtos brasileiros (suco de laranja, sapatos, soja etc.). Isso não vai acontecer enquanto existir a opressão imperialista norte-americana sobre o Brasil e os outros países atrasados.

O privilégio de um país sobre o outro é característico do capitalismo, elevado a seu mais alto grau no imperialismo. O combate a esses privilégios é parte da luta antiimperialista, que depende da unidade nacional dos oprimidos sob a direção e programa do proletariado.

Nacional



# O que se esconde atrás da morte do índio pataxó Galdino

Muito se falou sobre a selvageria com que morreu o Índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, que teve seu corpo incendiado por cinco jovens, no dia 20 de abril, em Brasília. Esse ato dos jovens delinquentes reflete o pensamento vigente nas casas de seus pais (pertencentes às cúpulas militar e do Judiciário brasileiro). Ou seja, que os miseráveis devem desaparecer da face da terra. O que vem demonstrar o quanto estão degeneradas as classes dominantes nesta semicolônia (Brasil), subjugada pela fase terminal do capitalismo (imperialismo).

Este crime, que certamente não será punido, encobre outro maior.

Muito poucos pararam para se perguntar o que um líder pataxó do sul da Bahia estaria fazendo em Brasília.

Galdino fazia parte de uma delegação de índios pataxós há-hã-hães, que estava em Brasília para pressionar o governo federal e a FUNAI para que retirassem de suas terras, no município de Pau Brasil, sul da Bahia, o latifundiário Marcos Vinícios Gasparque, que com 150 jagunços se apropriou de 788 hectares das terras

pataxós.

Foram a Brasília por não aguentar o imobilismo da FUNAI, que legalmente deveria representá-los, mas que funciona como um cabide de emprego para os aliados governistas e ajuda os latifundiários a usurparem as terras indígenas. As terras dos pataxós estão na sua maioria nas mãos dos fazendeiros, que as "alugam" do governo.

O descaso com as nações nativas não é nenhuma novidade. Nestes quase 500 anos de opressão, as nações indígenas foram massacradas, tiveram suas terras e riquezas expropriadas e suas culturas dizimadas.

Hoje restam pouco menos de 200 mil indígenas espalhados em poucas reservas por todo o país. Lutam pela reconquista de suas terras dos latifundiários; mas muitos acabam sendo enganados por estes, que enriquecem explorando a extração de madeiras nobres das terras de algumas tribos. Outras são manipuladas por grandes conglomerados econômicos que as iludem com a possibilidade de se transformarem em empresas

rentáveis.

Defendemos o direito das nações indígenas à autodeterminação. Quer dizer que os índios podem constituir nações soberanas separadas.

Às nações indígenas devemos demonstrar que, no capitalismo, só lhes restam massacres, que somente se aliando aos operários e aos camponeses na sua luta para a derrubada da burguesia e do latifúndio, instaurando o governo Operário e Camponês, é que as nações indígenas reconquistarão as suas terras. Somente através da Ditadura do Proletariado é que poderão reconquistar sua autonomia e sua cultura.

Chega de massacres às Nações Indígenas

Destruamos a Burguesia Assassina

Nacional



## Judiciário X Executivo: A Farsa da Democracia Burguesa

A crise entre o Judiciário e o Executivo assinala um princípio de crise institucional no aparelho do Estado.

Há algum tempo o Ministro do Supremo Tribunal Federal Sepúlveda Pertence vem batendo contra o Governo Central. Assim foi que nas últimas semanas, o Judiciário julgou procedente uma Ação que restringe a reedição das Medidas Provisórias (MPs) por parte do executivo. O último lance desta queda de braço ocorreu no dia 25 de abril, quando um juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo, concedeu liminar suspendendo o Leilão da vale do Rio Doce, marcado para o dia 29 de abril.

A base desta crise que já se arrasta a alguns meses, encontra-se no projeto de Reforma Administrativa. O ponto nevrálgico é o que trata do teto salarial para a Magistratura, o teto proposto inicialmente pelo governo em seu projeto, rebaixava o salário de alguns juizes, sobretudo dos desembargadores que chegam ao final de carreira com salários astronômicos.

Evidentemente o Poder Judiciário, como parte integrante do aparelho estatal burguês, jamais se colocaria contrário à política neoliberal do Executivo. Quanto se apresenta em oposição à esta, o faz única e exclusivamente na defesa de seus interesses corporativistas. Tais choques entretanto servem para demonstrar o apodrecimento do regime capitalista burguês, bem como o caráter de classe da justiça burguesa.

O que de fato ocorre é que quando se trata da defesa de seus interesses de casta, o Judiciário se apresenta como *Oposição* ao Governo Central, entretanto quando se trata de descarregar sobre as massas exploradas o peso da crise capitalista burguesa, os Poderes capitalistas se unem. Assim é que, ao mesmo tempo em que o Judiciário suspende o leilão da Vale do Rio Doce, manda prender lideranças do movimento sem-terra, autoriza a polícia a desocupar os navios, como no recente caso da greve dos portuários.

Nesse sentido, os recentes choques entre o Judiciário e o Executivo, além de desnudar o caráter reacionário e apodrecido das relações entre os poderes do Estado capitalista, também comprovam a inviabilidade da democracia burguesa nos países semicoloniais atrasados.

O descompasso e o confronto entre os poderes institucionais servem também para desnudar a farsa da democracia burguesa, tão defendida pelos reformistas (PT etc.), como, embora de modo menos conseqüente, pelos centristas (PSTU, PCO, OT etc.)

# Pontos programáticos da Tese para o Congresso da CUT



1. Assistimos às crescentes mobilizações dos trabalhadores em nível mundial. As greves atingem não só os países capitalistas atrasados como também o seu pólo mais avançado, os países imperialistas. A exemplo da França, Alemanha, Estados Unidos e Japão. A tendência geral de ampliação do desemprego, destruição de conquistas sociais, ataque aos direitos trabalhistas tem sido um dos mecanismos utilizados pela burguesia e seu Estado para enfrentar a crise histórica do sistema de exploração do trabalho. E as massas assalariadas respondem instintivamente aos ataques dos capitalistas.

2. A análise de que vivenciamos uma nova etapa do capitalismo, a denominada "globalização", que implica em mudanças significativas entre o capital e o trabalho e a "modernização tecnológica" dos países atrasados, para que possam se integrar no mercado mundial, não passa de uma ideologia burguesa para acobertar o processo de aumento da opressão nacional pelas potências imperialistas. O que se passa, em realidade, é a disputa interimperialista por uma fatia maior do mercado mundial. Não é por acaso que se lançam na guerra comercial, visando abocanhar os restritos mercados dos países semicoloniais. E, por outro, põem em evidência as medidas protecionistas, como forma de assegurar os seus mercados internos. A "globalização" tem servido, assim, para ocultar a concentração cada vez mais intensa do capital entre o chamado G7 e, ao mesmo tempo, amenizar os choques interimperialistas. Assim, se descarrega a crise sobre as nações capitalistas atrasadas e se intensifica a exploração do trabalho. A dita "globalização" não faz senão aumentar os desequilíbrios existentes entre a maioria das nações do planeta.

3. A guerra comercial interimperialista impôs a formação dos blocos econômicos, um mecanismo

de proteção contra os concorrentes. O que demonstra que a divisão do mercado mundial, planejada após a 2ª Guerra Mundial, está esgotada, principalmente pelo avanço da Alemanha e Japão. A OMC, criada pelos países imperialistas, não consegue solucionar os conflitos, isso porque se trata de destruir parte das forças produtivas no interior de tais países. Essas disputas por mercados caminham para confrontos bélicos, que por ora se limitam aos países atrasados, embora as potências imperialistas estejam presentes em tais confrontos. Porém, o rearmamento da Alemanha, os testes nucleares, a expansão do mercado de armas etc apontam essa tendência bélica.

4. O acirramento dessas disputas evidencia a contradição entre um enorme potencial produtivo desenvolvido e a contenção das forças produtivas. Ao contrário da tese da "globalização" e da "nova etapa de modernização", as forças produtivas estão potencialmente prontas para se desenvolverem em larga escala, porém estão sendo bloqueadas pelas relações monopolistas. Ao invés de rejuvenescimento, o capitalismo vive a etapa de destruição de parte das forças produtivas, como forma de manutenção do sistema econômico.

5. A exigência de abertura de mercados dos países atrasados tem sido um dos meios utilizados pelas potências imperialistas como forma de amenizar a crise de superprodução. Essa medida já se mostrou insuficiente diante do potencial produtivo e do restrito mercado de tais países. A consequência da implantação dessa diretriz, neoliberal, está sendo a ampliação da distância entre os países desenvolvidos (opressores) e os semicoloniais (oprimidos). E, com isso, destruindo parte das forças produtivas nacionais, a exemplo do fechamento de fábricas, demissão em massa etc.

6. A restauração capitalista é parte da pressão imperialista para amenizar sua própria crise. Contou para isso com a traição da burocracia estalinista. Essa burocracia restauracionista abre as fronteiras para que os países desenvolvidos penetrem e destruam as economias nacionais, a exemplo do que ocorre com a URSS, Leste Europeu, China etc. Assim, as péssimas condições de vida dos trabalhadores têm se agravado, a marginalidade crescido, juntamente com a prostituição e toda sorte de barbárie capitalista.

7. O que se passa com o Brasil é o mesmo que ocorre com a maioria das nações semicoloniais. O governo de FHC está a serviço da implantação da diretriz neoliberal. Vem impondo as Reformas Constitucionais, que têm como essência a abertura da economia para a penetração cada vez maior das multinacionais, a privatização das empresas estatais, a destruição das conquistas sociais etc. O país se torna mais dependente ainda do capital financeiro internacional, mergulhado numa tremenda crise devido a impossibilidade de ser aplicado em grande parte à

produção de mercadorias.

8. O Plano Real, que tem como fachada a estabilidade econômica, não é senão o caminho da penetração imperialista. Ao invés de ser um meio para se solucionar os grandes desequilíbrios regionais, a miséria da maioria da população e a falência dos estados, agrava-os ainda mais e ataca brutalmente a vida dos trabalhadores. Amplia as distâncias entre a parcela minoritária, que concentra a riqueza, e a extrema maioria, que vive nas condições de empobrecimento crescente. Através da reforma monetária, o governo justifica um conjunto de medidas que desnacionaliza a economia, sucateia a indústria interna, quebra a agricultura e destrói amplamente postos de trabalho. O congelamento dos salários é a outra face dessa moeda.

9. Essa diretriz entreguista do governo FHC recai inteiramente sobre as massas trabalhadoras. E estas respondem com inúmeras greves, ocupações e resistências moleculares. Os exemplos mais recentes da greve dos estivadores, das lutas dos metalúrgicos, das ocupações de terras e da marcha camponesa atestam a disposição de luta dos explorados. O confronto dos sem-terra contra os latifundiários armados (UDR) e o Estado colocou na ordem do dia a importância estratégica da unidade operário e camponesa. Ao mesmo tempo, tem servido como lição para as massas a experiência com a política dos reformistas. A marcha dos sem-terra até Brasília e a manifestação massiva indicaram o caminho para a resistência, que não passará pelo pacifismo pequeno-burguês. Por outro lado, é importante destacar a retomada das mobilizações estudantis contra a destruição do ensino público.

10. O conjunto dessas mobilizações padecem de uma dificuldade. Tem se manifestado de maneira estilhaçada e sem um orientação de choque frontal com o Plano antinacional e antipopular do governo. Esse é um problema de direção política e não dos trabalhadores. A superação desse entrave está na superação de sua própria direção política. O que implica na derrota ideológica da linha reformista. Por outro lado, a vitória do programa proletário de defesa da vida das massas e de destruição do Estado burguês. Tal programa implica na defesa da estratégia revolucionária contra o sistema capitalista e de luta pelo socialismo. Toda política que se limita à manutenção do capitalismo, mesmo que disfarçada de popular, está destinada a favorecer o capital e seu Estado de opressão social. Nesse sentido, a conciliação, a defesa da "democratização" do Estado burguês e de suas relações econômicas, da democracia formal etc não passa de um obstáculo para o avanço das idéias revolucionárias no interior das massas trabalhadoras.

11. A burocratização das direções é um obstáculo que impede o avanço da consciência revolucionária dos explorados. E, assim, agudizando a violência reacionária no interior dos organismos de classe, principalmente pela eliminação do



direito mais elementar, que é a democracia sindical. A defesa do "sindicalismo orgânico", que nada mais é do que o aumento do controle da cúpula dirigente sobre os sindicatos, é a prova mais contundente da necessidade da burocracia cortar o direito à plena democracia proletária. Dessa forma, devemos rechaçar qualquer mudança estatutária dos sindicatos e CUT que não esteja assentada na ampliação dessa democracia.

12. O Congresso da CUT deve aprovar um programa de defesa das reivindicações imediatas dos trabalhadores, combinado com a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Nesse sentido, defendemos o seguinte plano de lutas:

a. Rechaçar integralmente o Plano FHC. Por uma campanha nacional pela derrubada do Plano e pela defesa das reivindicações vitais dos trabalhadores (salário mínimo vital, reajustes automáticos, reposição das perdas salariais, emprego a todos, terra aos camponeses

pobres, saúde e educação gratuitas em todos os níveis);

b. Barrar a ofensiva privatista. Pela reestatização das estatais e defesa do estatismo, sob o controle dos trabalhadores;

c. Não pagamento da dívida externa e rompimento de todos os acordos com os países imperialistas;

d. A luta pela reforma agrária; expropriação do latifúndio, sem indenização e entrega das terras aos camponeses pobres;

e. A criação dos Tribunais Populares para apurar e punir os responsáveis pelos massacres dos camponeses sem-terra e todos os crimes da burguesia;

f. Rechaçar as frentes populares, que submetem os trabalhadores à política burguesa, e construir a frente única antiimperialista.

g. A luta pelo fim do governo pró-imperialista de FHC e pela derrota da estratégia do governo democrático e popular,

que tem submetido as organizações sindicais à linha reformista de manutenção do capitalismo. Que se aprove a estratégia do governo operário e camponês, fruto da revolução social contra o sistema de exploração do trabalho, única via para a implantação do socialismo;

h. Rechaçar o "sindicalismo orgânico" e romper com a CIOSL;

i. Rejeitar a Reforma privatista do Ensino e defender um único sistema de ensino, público, gratuito, laico e vinculada à produção social trabalhadores, como única forma de acesso a todos à educação em todos os níveis;

j. Defesa do método da ação direta e da unidade dos trabalhadores contra o capitalismo e seu Estado.

25/4/1997

## Construção Civil - CE:

# Porque a greve não saiu?

A greve não saiu. Nós estávamos prontos para lutar contra os patrões, seus governos (FHC, Tasso, Juraci) e seu plano de fome. Estávamos prontos para arrancar na luta melhores condições de vida e de trabalho.

Porém, a Direção do nosso sindicato (PSTU, PT) manobrou e aceitou a proposta dos patrões.

Muitos companheiros da base se revoltaram. Vaiaram, choraram e chamaram os diretores de traidores.

Mesmo assim, os diretores do PSTU e do PT fizeram de tudo para passar de goela abaixo da categoria a proposta patronal. Defender não fazer greve para apoiar a proposta patronal, só tem um nome: Traição!

### Acordo é contra a categoria!

Dá para viver com o piso de 172 reais? Sem cesta básica? Sem produtividade? Sem redução da jornada de trabalho?

Nós sabemos que não. Para comer, educar nossos filhos e pagar aluguel vai ser um sufoco. Vamos sofrer mais. Vamos ser mais explorados. Os patrões vão lucrar mais às nossas custas.

Porém, a atual diretoria do nosso sindicato (PSTU, PT) não se preocupa com isso. Defendeu descaradamente a proposta patronal, que vai nos sacrificar mais.

Quem tem razão? Nós, da base? Ou a diretoria do sindicato, que está distante dos canteiros?

### Por que a diretoria do nosso sindicato defendeu a proposta patronal?

É simples. O PSTU e o PT dirigem o nosso sindicato, PT não quer derrubar a burguesia brasileira (patrões nacionais) nem combater o imperialismo (patrões estrangeiros). Pelo contrário, vive se juntando com partidos patronais nas eleições (PSDB, PMDB, PDT, PSB). Quando é governo demite e persegue trabalhadores, como no Espírito Santo e no Distrito Federal.

Já o PSTU diz demagogicamente que apóia as ocupações dos sem-terra, mas na construção civil é contra os operários entrarem em greve. Nas eleições apóiam o PT e PCdoB, que se aliam com os patrões. Até se coligaram

com o PSB (partido de patrões e latifundiários) em Goiânia, no ano passado. Diz que é contra o governo, mas não defende "ABAI-XO FHC E SEU PLANO DE FOME".

Assim, o PT (reformismo) e o PSTU (centrismo) não têm uma política operária, isto é, revolucionária. Por isso, quando os patrões jogaram uma proposta demagógica, prontamente abanaram o rabo.

### Que fazer?

Nem tudo está perdido. Não devemos nos desesperar. Não devemos atacar o sindicato. O sindicato somos nós. A ATUAL DIREÇÃO DO NOSSO SINDICATO (PSTU, PT) É QUE NÃO ESTÁ À ALTURA DOS Nossos INTERESSES.

É preciso organizar uma nova direção para o nosso sindicato, baseada numa política operária (revolucionária). Uma direção que não se alie com os patrões, nem nos traia nas campanhas salariais.

Vamos ajudar a construir o PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR), que luta pela Revolução Proletária, pelo Governo Operário e Camponês e pelo Socialismo. Vamos organizar a CORRENTE PROLETÁRIA SINDICAL (POR) nos canteiros de obras e nos bairros,

- Chega de Traição!

- Por uma campanha salarial extraordinária!

- Por uma nova direção para o sindicato!

- Todo apoio às ocupações! Terra para os camponeses! Autodefesa contra os latifundiários e a repressão estatal!

- Abaixo FHC, Tasso, Juraci e seu Plano de Fome!

- Pelo Governo Operário e Camponês (Ditadura do proletariado)!

- Pelo Socialismo!



# Judiciários-SP : é preciso organizar a greve na categoria contra as demissões e o arrocho salarial

A Comissão Estadual do Judiciário prepara-se para realizar em breve um Congresso da Categoria em nível estadual, onde será discutido, entre outras questões, a necessidade da reconstrução de um organismo de luta para o Judiciário, face ao desaparecimento do SIN-JESP.

O Congresso ocorrerá num momento em que o Governo se prepara

para desfechar um duríssimo golpe contra as conquistas históricas do funcionalismo. A aprovação da Reforma Administrativa permitirá ao Governo demitir em massa milhares de trabalhadores.

Nesse sentido, o Congresso deve se colocar claramente pela organização da greve geral da categoria contra as demissões que ocorrerão, bem como pela reposição das perdas salariais da classe, que já atingem o patamar de 70%.

A experiência demonstra que so-

mente a ação direta da categoria (greve), será capaz de barrar a ofensiva de FHC/Covas, bem como sinaliza o único caminho a ser trilhado para a organização estadual da categoria de luta e com independência de classe.

Trata-se de trabalhar por esta perspectiva e apontar a necessidade da luta unitária do funcionalismo para responder à ofensiva de demissões. E caminhar para a unidade nacional das massas que seja capaz de enfrentar o governo e seu plano de conjunto.

## Estudantil - CE

### Abaixo o cartão, Juraci e os empresários! Pela meia-passagem, rumo ao passe livre!

A cada dia, em casa, no trabalho e na escola, sentimos o agravamento das condições de vida de nosso povo.

A escola pública brasileira está sendo destruída, fruto da decadência do capitalismo e do saque imperialista sobre o país. O corte de verbas, os baixos salários dos trabalhadores em educação, as parcerias empresariais (privatização), o financiamento para escolas privadas, a redução da vagas e a cobrança abusiva de taxas, são parte da política de fome e miséria dos governos FHC, Tasso e Juraci.

Esta política antinacional (abertura de mercado, privatizações, dívida externa) e antipopular (desemprego, massacres, arrocho salarial) serve apenas para favorecer os empresários estrangeiros (imperialismo) e brasileiros (burguesia nacional), às custas do sofrimento de milhões de trabalhadores.

Agora, sob o falso pretexto de modernização, a Prefeitura de Fortaleza quer acabar com a meia-passagem, extinguindo nossa história carteira pelo cartão Smartcard ("cartão inteligente").

Neste ataque aos estudantes, Juraci e os

empresários não estão sozinhos. A AMES (criada com apoio de Ciro Gomes), a UEPE (controlada pelos donos de escolas particulares), a UESF (racha da AMES montada pelo empresário Gilvan Rocha) e diretores da UMES tentam enganar, dividir e desmobilizar os estudantes. Procuram esconder os verdadeiros objetivos do chamado "cartão inteligente": acabar com a meia-passagem, controle total dos empresários sobre a confecção e o preço das carteiras, substituição dos trocadores por catracas eletrônicas, causando desemprego em massa.

O fim da meia-passagem (Smartcard), a médio e longo prazo, faz parte de um conjunto de medidas, como a reforma administrativa, para aumentar o lucro dos empresários, que financiaram a campanha de Juraci e seus aliados. Além disso, servirá para manter a corrupção de lideranças estudantis vendidas (na AMES, UMES, UEPE, UESF, UBES), que só por causa de congressos fraudulentos e do dinheiro das carteiras ainda aparecem nas escolas.

Atualmente, o principal obstáculo para a luta e unidade dos estudantes contra Juraci e os empresários são as atuais direções do movimento. A UJS (PCdoB) e o PT (reformistas), aliados ao PPS, PMDB (MR8), PSB põem as entidades (UBES, UMES) na contra-mão da defesa dos interesses dos estudantes e trabalhadores.

A CORRENTE PROLETÁRIA ESTUDANTIL (Partido Operário Revolucionário) defende a convocação de assembleias e seminários por escolas, universidades, bairros e regiões para formar COMITÊS DE LUTA EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E CONTRA O CARTÃO, unificar o movimento com milhares de estudantes para a defesa da MEIA-PASSAGEM, RUMO AO PASSE LIVRE PARA ESTUDANTES E DESEMPREGADOS!

Também é necessário unir os estudantes ao conjunto dos operários, camponeses e demais trabalhadores, para derrotar os governos FHC, Tasso, Juraci e seu plano de fome e miséria. Pois sabemos que apenas a revolução proletária e o socialismo resolverão os problemas dos explorados e oprimidos.

- Contribuição voluntária para as carteiras estudantis! Abaixo o Smartcard, pela garantia da MEIA-PASSAGEM, rumo ao PASSE LIVRE!

- Pela estatização dos transportes coletivos sob o controle dos trabalhadores!

- Pela Escola Pública, Gratuita, Laica (Científica), de Qualidade, inserida na produção social!

- Pelo FIM do Vestibular / livre ingresso nas universidades

- Pela ampliação do número de vagas e aberturas de novas faculdades públicas!

- Eleição direta de todos os órgãos educativos e revogabilidade de mandato!

- Autonomia integral da educação em todos os níveis de ensino!

- Autonomia administrativa, financeira e pedagógica e controle de todo o sistema de ensino por professores, funcionários e estudantes! - Estatização do ensino privado sob o controle dos trabalhadores!

- Mais verbas para as escolas públicas

- Pela aliança Operário-Camponês-  
Estudantil!

- Terra para os camponeses. Auto-defesa contra os latifundiários e a repressão estatal!

- Abaixo as Diretorias corruptas e politicamente parasitas do Movimento Estudantil!

- Abaixo FHC, TASSO, JURACI e suas Reformas (pró-imperialistas)!

- Pelo Governo Operário e Camponês (Ditadura do Proletariado)!



## DCE aumenta preço das identidades sem consultar estudantes

A direção do DCE da UFRN de Natal repetiu aquilo que vem se tornando uma rotina: aumentar no início do ano o preço das identidades estudantis. Antes, nem mesmo o Conselho de Entidades (reunião dos centros Acadêmicos) deliberava. Agora, o Conselho de CAs é ativado, mas somente para referendar as medidas da direção do DCE. Sequer se convocam assembléias setoriais para que os estudantes possam debater o assunto. Trata-se de mais uma prova de burocratização da atual direção do DCE.

As organizações estudantis, assim como as do movimento operário e popular, têm de ser absolutamente independentes do poder econômico, a burguesia e de seu Estado. Sem alcançarem o autofinanciamento, as organizações de massa não conseguirão ter independência política, necessária para se travar a luta contra os opressores. Por outro lado, a falta de independência política leva à perda da independência econômica. Quando falamos de independência política,

estamos nos referindo à independência de classe, que se traduz necessariamente na luta política anticapitalista, que só pode se expressar na política revolucionária do proletariado.

Por isso, a sustentação econômica das entidades estudantis só pode se dar pela contribuição dos estudantes, que deve ser voluntária e consciente. Por isso, criticamos a UNE e a UBES, que fizeram uma série de acordos com os governos federal, estaduais e municipais que obrigam os estudantes a comprarem as identidades estudantis para poderem pagar meia entrada e meia passagem de ônibus. As direções dessas organizações colocaram seu sustento financeiro sobre a base de um acordo com o Estado burguês e não sobre a base da livre contribuição estudantil.

Defendemos que os estudantes tenham total soberania para decidirem sobre a sustentação financeira de suas entidades. Para isso, é necessário que todas as decisões a respeito sejam submetidas à assembléia estu-

dantil, nunca sejam impostas pela direção.

É fato que a maioria das direções estudantis está burocratizada e concilia com as reitorias e os governos em prejuízo dos estudantes. Mas não devemos confundir nunca as entidades com suas direções. De nada adianta boicotar economicamente as entidades encabeçadas pelas direções burocratizadas, que se apóiam em grande medida no aparato estatal. Trata-se de construir novas direções, embuidas do programa revolucionário, para fazer com que as entidades novamente possam expressar a vontade coletiva dos estudantes, expressa nas assembléias.

Edição



## Zaire: produto da colonização capitalista

A região central da África, desde seus primórdios, foi habitada pelas etnias Tutsi e Hutus, que lutavam entre si pelo domínio da região, cada uma constituindo sua nação.

Com a colonização européia, esta região, assim como todo o restante da África, foi dividida entre as nações desenvolvidas da Europa na Conferência de Berlim (1834), de acordo com seus interesses econômicos, não respeitando as delimitações das nações nativas.

Assim, a região centro africana foi dividida entre belgas (Congo Belga), alemães (Tanganica ou África Oriental Alemã) e britânicos (África Oriental Britânica) e, dentro de cada colônia formada, as etnias tutsi e hutus foram obrigadas a conviver com igual repressão das metrópoles européias.

A conquista da independência das colônias, na década de 60 deste século, não muda esta situação. Assim, o Congo Belga se transforma no Zaire de hoje, parte da Tanganica em Ruanda, e parte da África Ocidental Britânica em Burundi. Nestes países, continua a existir o conflito entre

suas duas etnias predominantes, e os principais partidos nestes países são divididos por caráter étnico. As lutas e revoluções existentes nesses países, ora de parte dos Tutsi, ora de parte dos Hutus, em geral têm por trás os conflitos das potências imperialistas, e fazem com que a etnia perdedora se desloque a algum dos países vizinhos onde sua etnia esteja no poder, fazendo constantes deslocamentos de refugiados na região.

A luta atual entre Mobutu Sese Seko, atual presidente do Zaire, de etnia hutu, e Laurent Kabila, líder das tropas rebeldes que dominam o Leste do país, de etnia tutsi, é parte deste processo.

Muitos se colocam pelo apoio aos tutsi ou aos hutus, colocando que a outra facção comete massacres hediondos, pedindo a paz para o Zaire. Nós devemos ter em mente de que o que ocorre no Zaire agora aconteceu há poucos anos em Ruanda, e, mais recentemente, em Burundi. Que o problema não se resolverá trocando a facção dirigente. Este problema foi causado pela sanha capitalista, imperialista, ao colonizar a África, ao

fazer a divisão política de suas colônias em oposição e oprimindo às nacionalidades nativas. É exatamente este problema que tentam encobrir as nações que buscam intervir militarmente no conflito, e que escondem que, por trás, está a luta interimperialista para o domínio econômico, apoiando uma ou outra facção em busca da "paz".

Devemos rechaçar a invasão das nações imperialistas e seus sujeitos interesses, o problema étnico entre hutus e tutsi só poderá ser resolvido por eles mesmos.

- Fora o Imperialismo da África e das nações oprimidas!

Internacional

# Bolívia, 9 de abril: revolução social ou simplesmente política?

Em que pese a que transcorreram 45 anos (quase meio século) do 9 de abril de 1952, os comentaristas e teóricos não conseguiram definir satisfatoriamente esse importante acontecimento da história boliviana.

Brota no ambiente a pergunta de se no 9 de abril de 1952 teve lugar uma revolução social (substituição de uma classe por outra no poder) ou simplesmente uma revolução política (substituir no governo uma camada por outra da mesma classe social).

Essa confusão, falta de clareza na caracterização do 9 de abril não permite assinalar corretamente a atitude que deve adotar-se frente a esse acontecimento.

É explicável que não poucos bolivianos sigam acreditando que o 9 de abril foi obra do MNR (nacionalismo de conteúdo burguês) e não atentam a definir sua conduta diante desse acontecimento, cujas conseqüências seguem vigentes. São muito poucos os que consideram que estamos obrigados a acertar contas com os

governos que entroncam com as jornadas que viveram as massas, que na atualidade seguem oprimidas e exploradas.

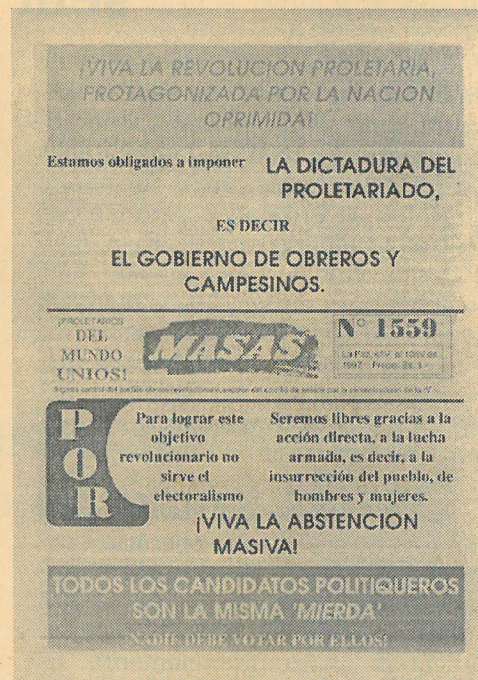
O POR foi o partido político que tem denunciado que o MNR chega ao poder com roupa emprestada, o que quer dizer que se apropriou de fato do conteúdo programático das Teses de Pulacayo que haviam elaborado os trabalhadores mineiros.

As consignas revolucionárias tradicionais foram esvaziadas de seu conteúdo antifeudal, anticapitalista e antiimperialista (isto porque o MNR não podia nem queria cumpri-las desde o poder. O entusiasmo do momento cegou aos próprios autores da revolução e lhes impediu de ver que o movimento buscava, na verdade, o desenvolvimento capitalista do país, isto se conseguisse neutralizar ao imperialismo.

Imperou uma marcada confusão acerca de que organização política era o partido da classe operária e das massas. O fato de que todos acreditassem que o MNR iria materializar o programa da revolução se deveu à ausência de um partido vigoroso no cenário.

O POR assinalou o caminho que devia seguir-se para transformar radicalmente o país. Ninguém duvida desse fato, mas muito poucos se dão conta que esse partido demorou muito para transformar-se e amadurecer para transformar-se em direção física das massas.

Os operários (sobretudo os mineiros e fabris da zona altiplânica) ao irromper no cenário político, derrota-



ram o governo feudal-burguês e destruíram as forças armadas, transformaram o quartelaço desenhado pelo MNR em uma revolução social. Os amos da situação não conseguiram tomar o poder em suas mãos, ao invés disso o entregaram ao inimigo de classe.

Desde então o POR tem traçado o caminho que conduz rumo ao governo de operários e camponeses, assim se chegará à culminação da revolução social e à destruição da burguesia traidora.

Extraído do Masas nº 1559, do POR boliviano.

## Palestina: Israel não terá nem paz nem terra

Desde o anúncio pelo governo de Israel da construção de casas para judeus no lado oriental de Jerusalém e do início da desocupação de palestinos da região, os palestinos mostram grande capacidade de resistência. Munidos apenas de pedras e estilingues, uma multidão de palestinos enfrenta diariamente o exército repressivo de Israel, armado até os dentes. Antes de cada

enfrentamento, têm de passar por bloqueios da própria polícia palestina, sob mando de Arafat.

A resistência palestina é uma resposta à provocação de Israel. Mostrou a impossibilidade de se chegar à paz na região enquanto se preservar o estado de Israel, que é um enclave do imperialismo americano no Oriente Médio e opressor da nação palestina. Os países imperialistas percebem o perigo de se manter sistematicamente mobilizada a nação palestina, sofrendo repressão. Por isso o Conselho de Segurança da ONU se manifestou contrário à continuação da construção de casas para judeus no lado

oriental de Jerusalém. O imperialismo aposta na capacidade de conter a revolta palestina através da conciliação com suas direções moderadas (Arafat).

Mas o setor mais radical de Israel pressiona o governo no sentido oposto. Pretende que o Estado utilize o aparato repressivo para esmagar a maioria palestina em benefício da minoria judaica.

O agravamento dos conflitos no Oriente Médio mostra a impossibilidade de paz sob opressão nacional na região. O POR se coloca ao lado dos palestinos que lutam por sua autodeterminação contra o imperialismo.

